

Esta coleção tem como objetivo proporcionar textos que sejam acessíveis e de indiscutível seriedade e rigor, que retratem episódios e momentos marcantes da História, seus protagonistas, a construção das nações e as suas dinâmicas.

«*Sha'b*: [...] Coleção ou união; e também separação, divisão ou desunião [...]. Uma nação, uma raça ou uma família da humanidade [...].»

EDWARD WILLIAM LANE, *An Arabic-English Lexicon*

«E se o Senhor assim o tivesse querido, poderia certamente ter feito da humanidade uma só comunidade. Mas não cessam de discordar.»

Alcorão, 11:118

«Tínhamos, assim, para cima de mil e quatrocentos “governos” tribais separados nos dois Estados [Hadramantes]. Havia também várias centenas de cidades autónomas de homens desarmados [...]. Calculei que, ao todo, haveria cerca de dois mil “governos” separados no Hadramaute.»

HAROLD INGRAMS, *Arabia and the Isles*

# ÍNDICE

<i>Lista de ilustrações e mapas</i> . . . . .	13
<i>Prefácio</i>   A roda e a ampulheta. . . . .	15
<i>Introdução</i>   Congregar a palavra . . . . .	39

## **Emergência: 900 a. C.–600 d. C.**

1   Vozes do deserto: Os primeiros Árabes . . . . .	57
2   Povos e tribos: Sabeus, Nabateus e nômadas . . . . .	87
3   Espalhados aos quatro ventos: A gramática variável da história . . . . .	113
4   À beira da grandeza: Os dias dos Árabes . . . . .	133

## **Revolução: 600–630**

5   Revelação, revolução: Maomé e o Alcorão. . . . .	161
6   Deus e César: O Estado de Medina. . . . .	195

## **Domínio: 630–900**

7   Crescentados: Aberturas . . . . .	225
8   O reino de Damasco: A Dinastia Omíada . . . . .	273
9   O Império de Bagdad: Soberania Abássida . . . . .	315

## **Declínio: 900–1350**

10   Contraculturas, contracalifas: O império fragmenta-se. . . . .	359
11   O gênio da lâmpada: As hordas aproximam-se . . . . .	405

## **Eclipse: 1300–1800**

12   Senhores da monção: Os Árabes à volta do oceano Índico . . . . .	439
---	-----

**Ressurgimento: 1800–Atualidade**

13   A identidade redescoberta: Despertares. . . . .	473
14   A era da esperança: Nasserismo, baathismo, libertação, petróleo .	523
15   A era da desilusão: Autocratas, «islamocratas», «anarcarcas» . . . . .	555
<i>Posfácio</i>   Na estação da história . . . . .	597
<i>Cronologia</i> . . . . .	609
<i>Notas</i> . . . . .	641
<i>Bibliografia</i> . . . . .	695
<i>Índice remissivo</i> . . . . .	705

# ILUSTRAÇÕES E MAPAS

## Ilustrações

- 1 Uade Rum, Jordânia. Daniel Case.
- 2 Uma aldeia perto de al-Tawilah, Noroeste do Iémen. Bernard Gagnon.
- 3 Painel de pedra de gesso de Ninrude, Iraque, 728 a. C. British Museum 118901 © Werner Forman / Akg Images / Fotobanco.pt
- 4 Parte da eclusa sul da barragem sabeia de Marib, Iémen, século VI a. C. © Chris Hellier / Alamy Stock Photo / Fotobanco.pt
- 5 Muhammad Ali na Caaba, Meca, 1972. © Everett Collection Inc / Alamy Stock Photo / Fotobanco.pt
- 6 Fragmento do Alcorão com partes dos capítulos 19 e 20, anterior a 645 a. C.
- 7 Mosaicos do lado oeste do pátio, Mesquita dos Omíadas, Damasco, princípios do século VIII. HeretiQ.
- 8 Arranha-céu funerário do sultão Qabus de Gurgã, Irão, 1006 d. C. © robertharding / Alamy Stock Photo / Fotobanco.pt
- 9 Pedra tumular de mármore em memória de Ali ibn Uthman al-Mursi, Adem, século XIV ou XV. British Museum 1840, 0302.1 © Dinodia Photos / Alamy Stock Photo / Fotobanco.pt
- 10 O rei Ibn Sa'ud da Arábia Saudita e o presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt a bordo do *USS Quincy*, Egito, 1945.
- 11 Nasser do Egito com Nikita Khrushchev da URSS, 1964. © Pictorial Press Ltd / Alamy Stock Photo / Fotobanco.pt
- 12 Instalação principal da Saudi Aramco, Darã. © Robert Burch / Alamy Stock Photo / Fotobanco.pt
- 13 Mu'ammár al-Qaddafi em Belgrado, perto do início do seu reinado. © Zuma Press / Fotobanco.pt
- 14 Mu'ammár al-Qaddafi em Adis Abeba, 2 de fevereiro de 2009. U. S. Navy.

- 15 Um mercenário do regime de Mubarak, de camelo, dispersa manifestantes anti-Mubarak no Cairo, fevereiro de 2011. © Hannibal Hanschke / DPA / Fotobanco.pt
- 16 Fãs de Bashar al-Assad num comício de apoio à sua candidatura na próxima eleição presidencial, Damasco, abril de 2004. © Zuma Press / Fotobanco.pt

### **Mapas**

- 1 A Península Arábica e regiões adjacentes antes do islão.
- 2 O Império Árabe.
- 3 Árabes no estrangeiro.
- 4 O mundo árabe nos séculos mais recentes.

## PREFÁCIO

# A RODA E A AMPULHETA

لَا أَحْسِبُ الدَّهْرَ يُبْلِي جِدَّةً أَبَدًا وَلَا تَقْسَمُ شَعْبًا وَاحِدًا شُعْبُ

«Não julguei que o tempo alguma vez fosse desgastar tudo o que era novo ou que as suas alterações dividissem um povo que era uno.»

DHU 'L-RUMMAH

Há 27 anos, comecei a trabalhar no meu primeiro livro, uma exploração da terra e da história do Iémen, o país onde estava a viver e no qual ainda agora vivo. As duas antigas partes do país tinham sido unidas não muito antes, em maio de 1990, quase imediatamente antes da unificação alemã. Os muros estavam a desmoronar-se, as cortinas de ferro a rasgar-se e a linha traçada no deserto estava a ser apagada. No Iémen, era um tempo de otimismo. É certo que, em 1994, houve uma curta guerra de tentativa de secessão, em que o anterior regime do Sul disparou sobre nós, em Saná, quase tantos mísseis *Scud* quantos os que Saddam Hussein tinha lançado contra Israel três anos antes; em resposta, os nossos governantes do Norte ataçaram sobre Adem uma horda de islamistas de barbas hirsutas que devastaram, *inter alia*, a única destilaria da Arábia. Mas o Iémen unificado sobreviveu. O que já era, já era, assim parecia.

Esse meu primeiro livro era uma homenagem a uma terra que se tinha aferrado a muito do seu passado, da sua unidade cultural milenar. Nas entrelinhas, o livro era também uma homenagem à sua renovada unidade política. O Iémen tinha sido um Estado unificado em períodos mais antigos: em tempos pré-islâmicos, brevemente no século XIV, outra

vez brevemente no século XVII. Para muitos iemenitas, tal como para mim, essa unidade parecia, e ainda parece, de alguma maneira ser certa e apropriada, uma coisa natural. Já parecia certa, pelo menos, desde o século XIV: «Se o Iémen fosse unificado sob um único governante», escreveu um observador do Egito, «a sua importância aumentaria e a sua posição entre as nações eminentes sairia reforçada.»

Na verdade, durante mais de nove séculos da sua história conhecida, o Iémen não esteve unido; longe disso. Agora, à data em que escrevo, parece estar a desfazer-se outra vez. O mesmo acontece aparentemente com a Líbia e o Iraque; a Síria talvez se mantenha inteira, à tangente, pela aplicação da força bruta; a integridade do Egito parece a salvo, mas a sua sociedade está profundamente dividida. Estes cinco países contêm metade da população mundial de língua árabe. Segundo um relatório recente das Nações Unidas, esse «mundo» alberga 5 por cento da humanidade, mas gera 58 por cento dos refugiados da terra e 68 por cento das suas «mortes relacionadas com a guerra»... Por vezes, parece que só uma coisa une os Árabes, e é a sua incapacidade para se entenderem uns com os outros. Porquê esta desunião? Porquê este extraordinário nível de autoflagelação?

«A ausência de democracia e das suas instituições», dirão os ocidentais (para abreviar). Podem ter alguma razão, mas intervenções estrangeiras recentes para alegadamente promover a democracia parecem só ter aumentado o caos. E quando *há* eleições livres e justas, são os islamistas que tendem a ganhá-las. As eleições são anuladas por golpes de Estado militares e os ocidentais ficam estranhamente calados. Os ditos e os feitos, pelo visto, não andam juntos.

«O fracasso do islão em unir-se», dirão os islamistas (mais uma vez para abreviar). Mas essa unidade tem sido uma miragem desde o ano zero islâmico. Desde a quarta década da era islâmica que se travam batalhas no interior da comunidade dos muçulmanos, com palavras e outras armas, por questões de autoridade e legitimidade.

«O legado do imperialismo», dirão os nacionalistas árabes (ainda restam alguns). Mas quase todas as tentativas de unidade na era pós-imperial falharam, normalmente por causa de suspeitas e querelas entre árabes. Um comentador árabe, numa autópsia da guerra árabe-israelense de 1948, escreveu que «os Árabes teriam vencido a batalha pela Palestina se não tivesse havido algo de falso e podre entre si». Esse «algo» foi a desconfiança, o ressentimento e o medo mútuos. Foi a podridão do rancor e tem vindo à tona uma e outra vez ao longo da história árabe.

É claro que a desunião não é propriamente um monopólio árabe. Muito do mapa da Europa foi um mosaico de Estados mínimos até bem entrada a Idade Moderna. A reunificação da Alemanha em 1990, ela própria parte de um processo de sentido contrário que fragmentou a União Soviética, foi o regresso a uma unidade que tinha então meramente duas gerações de idade. Durante essa curta vida, a Europa fora o epicentro de guerras que fizeram explodir os impérios otomano e austro-húngaro e levaram à dissolução mais suave do Império Britânico — mas de onde saíram as Nações Unidas e a União Europeia (esses bem conhecidos bastiões de unanimidade). O mundo inteiro é um cadinho em que os compostos outrora estáveis estão constantemente a dividir-se — e estão a formar-se outros novos. Se não houvesse tais mudanças, não haveria história. União e divisão fazem parte do mesmo processo. Daí a primeira epígrafe deste livro, do *Arabic-English Lexicon* de Lane:

*Sha'b*: [...] Coleção ou união; e também separação, divisão ou desunião [...]. Uma nação, uma raça ou uma família da humanidade [...].

(As coisas tornam-se ligeiramente mais claras quando vemos como funciona esta aparente contradição nos próprios termos: bem como um «povo» e todas estas outras coisas, um *sha'b* é também uma sutura craniana, o lugar onde os ossos do crânio tanto se encontram como se separam; os próprios ossos chamam-se *qabilahs* (cabilas), que também significa «tribos»... É como se a cabeça humana, com os seus «povos» e «tribos», fornecesse uma anatomia árabe da própria humanidade.)

E, ainda assim, os Árabes parecem sempre um caso especial. Não lhes chamamos nós, e eles mesmos, exatamente isso — «os» Árabes, como se fossem um grupo de pessoas separado e claramente identificável? Se o são, então quem são eles? E porque parecem tão especialmente físeis, tão reativos? Não deveria haver, pelo menos, uma União Árabe ou até uns Estados Árabes Unidos?... Já que falamos nisso, houve de facto uns Estados Árabes Unidos (EAU), esquecidos pela maior parte das histórias: era uma confederação formada pela República Árabe Unida (RAU) — ela própria uma união do Egito e da Síria no breve apogeu do pan-arabismo — a que se juntou o então Reino do Iémen do Norte. Os EAU e a RAU não duraram mais de 44 meses, de 1958 a 1961.

Não há razão para que a unidade política seja uma coisa boa *per se*. Mas acredito que se pode defender que a unidade, pelo menos num sentido geral — no da harmonia, da ausência de discórdia, da coexistência

pacífica e da cooperação —, é melhor para a sociedade humana do que a fragmentação e a competição violenta. Num planeta pequeno com gente a mais e recursos a menos, e particularmente em países à pinha como a Síria, o Egito e o Iémen, parece ser a única esperança.

A menos que nos matemos uns aos outros e comecemos tudo outra vez.

\* \* \*

As histórias dos Árabes tendem a começar com o islão; talvez com um aceno introdutório ao que houve antes. O islão fornece certamente um grupo de gente identificável, unificado num grande momento histórico. Mas foi uma unidade aparente, não real. Segundo narrativas tradicionais, as tribos da Arábia juntaram-se em 630–631, o Ano das Delegações, quando representantes tribais visitaram o profeta Maomé e lhe prestaram vassalagem e ao Estado que havia fundado. No prazo de dois anos após a morte de Maomé, a maior parte dessas tribos já tinha voltado às suas velhas independências e às velhas quezílias. A princípio, as divisões foram remendadas e as extraordinárias conquistas que levaram os Árabes para fora da Arábia forjaram entre eles um *esprit de corps* que pareceu miraculoso — um dom divino, de facto. Mas as divisões tribais subjacentes nunca foram sanadas. Passados mais trezentos anos, o governo unido árabe já era apenas uma recordação elaboradamente acarinhada, e nos mil anos seguintes, mais ou menos, os Árabes, com poucas exceções, estavam eles mesmos divididos e governados por turcos, persas, berberes, europeus e outros. O seu próprio império tinha sido amputado; a dor abrandaria com o tempo, mas a memória dela persistiria como um membro-fantasma.

O resultado historiográfico disto é que as histórias políticas dos Árabes de escritores modernos quase sempre se transformam, quando chegam a cerca do ano 900 d. C., em histórias da cultura árabe, depois — enquanto os próprios Árabes praticamente desaparecem do retrato — metamorfoseiam-se em histórias dos impérios de outros povos. Parte do problema é a própria palavra «árabe». Como qualquer nome, não é idêntico à coisa que denota, mas sim um rótulo colocado nessa coisa. Os rótulos são úteis, mas confundem. Podem cobrir uma multidão de diferenças e podem manter unidas as cisões; podem dizer mentiras. Com o tempo, o rótulo desbota e escreve-se-lhe por cima, enquanto o seu significado original — se alguma vez teve um só — é esquecido. Na realidade, somos todos como os antigos baús de viagem, cobertos por muitos rótulos, geográficos, genéticos,

linguísticos e por aí fora (*inter alia*, eu sou britânico/inglês/escocês/anglo-saxão/celta/europeu/indo-europeu/iemenita/arábico/árabe...); poucos segmentos da população são tão rotulados como os povos muito viajados conhecidos por Árabes. Mas, no fim, à maior parte de nós só fica colado um único rótulo e aderimos a ele, tal como ele adere a nós. Quanto mais amplo, mais colado fica.

«Árabe» é um rótulo muito amplo, muito pegajoso (anda aí há quase 3000 anos) e, no entanto, muito escorregadio. Tem significado coisas diferentes para diferentes pessoas em momentos diferentes. O seu significado tem mudado de forma, expirado e ressuscitado com tanta frequência, que é enganador falar «dos» Árabes, e é por isso que este livro não o faz. Fazê-lo seria tentar definir Proteu. O mais que se pode dizer é que, para a maior parte da história conhecida, a palavra tem tendido a significar grupos tribais que vivem fora do alcance da sociedade estabelecida. Foi provavelmente isso que os Árabes foram durante o longo período antes do islão; foi decerto isto que foram durante a maior parte do segundo milénio depois de Cristo. Há boas razões para que, em referência a ambos os períodos, se translitere o termo como substantivo comum, em itálico, não como um «povo» propriamente dito: como *'arab*, não «Árabes». O que é surpreendente é que gente periférica, itinerante, numericamente insignificante — um povo sem letra maiúscula, quanto mais capital — tenha sido tão central para uma identidade. Das cidades-Estado gregas no século v a. C. à Europa recentemente colonial, passando pela China imperial, as sociedades têm-se definido e simplificado por contraposição ao nómada, ao «incivilizado», ao «bárbaro». Os Árabes, contudo, tomam o seu nome, mas também a sua única característica consistente, a sua língua, do epítome do nomadismo e da deambulação, desses *'arab* tribais.

O povo que conhecemos hoje como Árabes é um composto étnico. Os dois principais elementos de base, as tribos árabes nómadas ou seminómadas e os povos estabelecidos no Sul da Arábia, podem ter tido origem no Crescente Fértil, a norte da Arábia, em tempos pré-históricos. As suas línguas descendem da mesma antiga família «semita», mas, ao longo do tempo, as suas línguas bifurcaram e dividiram-se, assim como os seus estilos de vida: os árabes do Sul desenvolveram sociedades estáveis baseadas em sistemas de irrigação e na agricultura (podem muito bem ter herdado esses sistemas de povos mais antigos, indígenas já estabelecidos no Sul da Arábia, com quem se misturaram); os *'arab*, em contraste, praticavam a pastorícia transumante, ditados os seus movimentos por poços, chuvas e razias. Interesses mútuos, tanto comerciais como políticos,

significaram que esses dois elementos de base começaram a fundir-se nos séculos anteriores ao islão. Nos primeiros tempos islâmicos, a experiência partilhada de construção do império tornou o composto mais coeso por uns tempos — mas também mais complexo, à medida que povos procedentes de mais além da Península Arábica foram assimilados na mistura. Através de todo este longo processo, os *'arab* tribais fizeram parte — aliás, estiveram no coração — dos Árabes no sentido mais amplo; ainda fazem, a despeito do seu ínfimo número. Mas eles próprios têm complicado sempre a história árabe a partir de dentro. Pois as tensões entre os elementos sedentários e não-sedentários do composto têm gerado grandes virtudes, mas também instabilidades fatais. Examinaremos essas forças e fraquezas nos capítulos seguintes.

Uma força acima de tudo uniu o composto e manteve-o unido: a língua — não a falada todos os dias, mas a língua árabe «erudita», rica, estranha, subtil, suavemente hipnótica, magicamente persuasiva, irritantemente difícil que evoluiu das línguas dos adivinhos e bardos tribais — tem sido há muito, talvez desde sempre, o catalisador de uma identidade árabe maior. A língua partilhada é importante para qualquer identidade étnica. É uma tentativa de reverter a desunião divinamente infligida de Babel, essa confusão de mal-entendidos que impede as pessoas de se reunirem. Para os Árabes, agiu não só como um marcador étnico, mas como o génio étnico: «Diz-se», reza um adágio que já era velho no século IX d. C., «que a sabedoria desceu dos céus sobre três órgãos das pessoas da terra: os cérebros dos Gregos, as mãos dos Chineses e as línguas dos Árabes.»

Por esta razão, embora a história seja vista muitas vezes como uma sucessão de homens de ação, a história árabe é também, ou até mais, uma série de homens (e algumas mulheres) de palavras — poetas, pregadores, oradores, escritores; especialmente, o autor (ou, para os muçulmanos, o transmissor) do primeiro livro árabe, o Alcorão. Eles e as palavras que usaram estarão em destaque neste livro. São as que formaram identidade, forjaram unidade e forçaram a marcha da história. De tempos a tempos, por conseguinte, por uma ou duas páginas, faremos o balanço de como a língua impeliu o progresso e, às vezes, o entrouvrou. O progresso e o retrocesso continuam. Acontecimentos recentes, entre os quais não foi de somenos a «Primavera Árabe» e o seu rescaldo caótico, mostraram como as palavras — *slogans*, cânticos, propaganda, má informação e desinformação, as velhas magias tanto brancas como negras — ainda moldam o curso do mundo árabe.

Ou, antes, o mundo *arábico*, a Arabosfera. A língua ainda é o aspeto que a define e o seu génio, e «os Árabes» são, na realidade, os arabófonos. Chamar «os Árabes» a todos do estreito de Gibraltar ao estreito de Ormuz seria como chamar «os Ingleses» a todos os norte-americanos, sul-africanos, australasianos, irlandeses e britânicos — ou até chamar-lhes «os Anglos», outro grupo de clãs errantes cuja língua acabaria como o entulho depositado pelas marés de um império há muito em vazante.

\* \* \*

Para explorar as origens de uma identidade comum que — apesar de tudo — tem levado os Árabes a perseguir a miragem da unidade, temos, por conseguinte, de escutar a sua língua. Temos também de recuar até muito antes do islão. O passado pré-islâmico é certamente menos bem conhecido e muito menos conhecível. Mas, quanto à história escrita, é um período tão longo como o que vem desde a fatídica erupção islâmica da Arábia. A primeira inscrição antiga conhecida que menciona os Árabes data de 853 a. C.; estou a escrever a primeira versão destas palavras no ano 2017 d. C.: segundo a tradição, o Maomé ainda rapaz foi reconhecido como profeta no ano 582 d. C. — exatamente no ponto médio entre a inscrição e o presente.

O islão começou com um clarão tal que tende a cegar-nos para o que havia antes. O clarão lançou igualmente a sua poderosa iluminação sobre toda a história subsequente, deixando muita coisa na sombra. Precisamos de olhar para todo o quadro histórico, e com uma luz mais uniforme; dar uma visão estereoscópica, uma visão que permita olhar para o que aconteceu desde o ano zero islâmico como apenas metade de um panorama que remonta a pelo menos outro tanto tempo.

O que realmente começou com o islão, e que dá a impressão de que uma narrativa árabe unificada começou também então, foi a tecnologia de informação arábica — por outras palavras, novas maneiras de usar e controlar a linguagem, e assim moldar a identidade. Antes do islão, literatura, cultura, história, identidade eram largamente orais. Do islão em diante, os principais momentos da história árabe foram na maior parte sustentados por novas tecnologias. Olharemos para elas mais de perto à medida que surjam no decurso do tempo; por agora, um breve sumário dará uma ideia de quão importantes são para a história. Em princípios do século VII, apareceu, tardio, o primeiro livro árabe — o Alcorão: de um dia para o outro, na nossa escala temporal de 3000 anos, tornou uma

língua e os vários povos que a usavam legíveis, visíveis. Subitamente, ali estavam, na sua própria página, preto no branco. Já tinham um passado; entravam agora no presente histórico, e com uma energia que lhes granjeou um vasto império.

Cerca do ano 700, a decisão repentina de descartar as línguas grega e persa, herdadas da administração imperial em favor do árabe, também arabizou todo o império e os seus povos com espantosa rapidez: o árabe tornou-se o novo latim. Em fins do século VIII, o fabrico de papel árabe adiantou-se grandemente a uma Europa ainda envolta na era do pergaminho e libertou um jorro de palavras e ideias arábicas. Sete séculos depois, com a imprensa, a Europa ganhou a sua própria dianteira; a escrita cursiva árabe nunca se deu bem com os tipos móveis e o árabe em letra de forma foi visto durante muito tempo na terra natal como o esparguete enlatado o é em Itália. Quando, por fim, no século XIX, as tipografias arábicas se puseram lentamente em movimento, também o fez um renascimento árabe, o *Nahdah*, ou «despertar». Passados mais 100 anos, um novo e excitante nacionalismo pan-arábico foi difundido pela rádio transistorizada, que desafiava fronteiras. Uma geração mais tarde e os tipógrafos árabes encontraram finalmente um antídoto para a maldição do cursivo — o processador de texto; ao mesmo tempo, a televisão por satélite arrancou e as palavras voaram mais longe e mais depressa. Mais recentemente, as redes sociais do princípio do século XXI começaram a subverter a velha retórica e a difundir verdades alternativas... até os reacionários também entrarem no Facebook. Agora, os dinossauros digitais fazem o mais que podem para dominar os *media* e as mentes.

E, contudo, a metade pré-islâmica da história tinha as suas redes sociais, as suas vozes dominantes; as palavras também voavam nesse tempo. A maior parte delas, levava-as o vento. Mas algumas eram captadas — em pedras, em memórias —, e podemos e devemos tentar ainda escutá-las.

\* \* \*

Um distinto historiador que começa a história a meio, com o islão, é Albert Hourani. Introduz o leitor no tema com um retrato do grande historiador árabe do século XIV, Ibn Khaldun. Após décadas vividas no seio de intrigas e fações inimigas, Ibn Khaldun partiu para uma aldeia fortificada na Argélia rural, onde entrou num período de intenso retiro intelectual. Olhou intensamente para o que se passava à sua volta e, «com palavras e ideias a jorrarem para a minha cabeça como leite para uma

batedeira», como disse (felizardo!), chegou a um modelo para a ascensão e queda das dinastias. Em resumo, o modelo explica como uma tribo normal pode ser unida por aquilo a que chama *'asabiyyah*, literalmente algo como «unicidade», mas muitas vezes traduzido por «solidariedade de grupo», e, assim, ganhar em poder militar. A tribo toma pela força o governo de um Estado estabelecido e os seus líderes tornam-se numa nova dinastia: aqueles que eram antes periféricos e errantes tornam-se centrais e estabelecidos. Porém, com o tempo — habitualmente três gerações — a energia da dinastia é minada pela vida fácil e a dinastia cai em proveito de uma nova que goza ainda da antiga vitalidade nómada. («De tamancos a tamancos», como costumavam dizer no Lancashire de um tipo paralelo de mobilidade social, «são só três gerações.»)

Hourani foi um académico, um rato de biblioteca que escrevia dos claustros do St Antony's College, em Oxford. Com o seu olhar académico, via Ibn Khaldun como uma figura que representava uma era e uma cultura. Relendo ambos os autores na minha torre no Iémen, tive uma iluminação: aqui, em plena refrega, mantido acordado por morteiros e mísseis (é o meu terceiro conflito importante) e bombardeado todo o dia por *slogans* e sermões e poemas — poemas políticos, não líricos —, vi Ibn Khaldun como um colega de observação, sentado no seu reduto solitário na Argélia, tal como eu estou aqui sentado em Saná, enquanto tribos e dinastias fazem guerra e negócios e conspirações e mais guerra à nossa volta, formando nós os dois a nossa filosofia da história a partir da experiência direta. Enquanto Hourani usou Ibn Khaldun como dispositivo literário, eu acho-me a encarná-lo sem querer. Por outras palavras, estou a experimentar a história *in situ*. Os seus detritos jazem por baixo de mim, pois a minha torrezinha levanta-se na cauda de um monte de ruínas feito de pedaços da Saná pré-islâmica — uma das grandes cidades de Sabá, ou Sheba —, bem como do palácio do governador abássida e sabe Deus de que mais. *In situ* e em tempo real: as matérias-primas da história estão ali, do lado de fora da minha janela. (Acaba de passar agora mesmo um grupo de crianças a gritar «morte à América!». São acompanhadas pelo rá-tá-tá dos tambores e dos petardos e seguidas por uma caixa vermelha, levada pelo ar, contendo mais um mártir. A caixa é deploravelmente pequena.)

As matérias-primas, por estes dias, parecem ser principalmente o aço e o chumbo. Parado recentemente por causa de uma bateria descarregada, acompanhado por um motorista amável, mas sem cabos, tivemos em simultâneo um pensamento lateral — e fizemos parar um par de beduínos.

Pedimos-lhes emprestadas as espingardas de assalto AK-47 e usámo-las para fazer a ligação entre as baterias. O motor pegou logo. Foi só juntar! «Então eles sempre trazem benefícios», disse eu alegremente, devolvendo as espingardas. «O seu benefício», disse um dos homens, «é matar.»

Que pode uma pessoa dizer? Escrevi no meu primeiro livro que, no Iémen, me sentia ao mesmo tempo um convidado para uma festa e uma mosca observando discretamente da parede. Hoje em dia, sinto-me mais como o esqueleto na festa e a mosca na sopa. Mas temos de disfarçar, que remédio. Ver a terra em que vivo e que amo a desfazer-se é como ver um velho e querido amigo a perder o juízo e a cometer um lento e deliberado suicídio.

\* \* \*

Chego à conclusão de que o modelo de Ibn Khaldun, o seu elegante paradigma, ainda serve. Mas creio que pode ser mais afinado de maneiras que tornem o seu funcionamento ainda mais claro e mais claramente aplicável aos três milénios, mais ou menos, de história árabe registada. O aspeto mais importante ainda é a *'asabiyyah*, essa energia coletiva potencial que catalisa uma unidade de curta duração:

A *'asabiyyah*, a seu devido tempo, adquire o impulso para:

... um raide bem-sucedido, uma conquista ou, *mutatis mutandis*, um *coup d'état*;

... como resultado da razia/conquista/golpe e do resultante monopólio pelo grupo dos recursos (camelos, impostos, gás e petróleo), o grupo prosperar;

... os recursos não serem suficientes para o grupo conforme o seu tamanho aumenta e/ou os seus chefes se zangarem a propósito da divisão da riqueza... acabando a unidade por se fragmentar.

Eventualmente, formar-se-á uma nova *'asabiyyah* e o processo repetir-se-á.

Chego também à conclusão de que Ibn Khaldun tinha razão em ver os «nómadas» como o reservatório da mudança e creio — por estranho que pareça — que, em certo sentido, isto ainda é verdade hoje, embora o número de árabes que vivem do nomadismo seja agora infinitesimalmente pequeno. Os dois sistemas básicos de sociedade humana de Ibn Khaldun continuam a existir:

a sociedade política *hadari*, ou «sedentária», um sistema (relativamente) estático caracterizado pela palavra aparentada *hadarah* — muitas

vezes traduzida por «civilização», no sentido de um povo que vive junto numa povoação, numa cidade (em latim, *civitas*, em grego, *polis*); e

a sociedade apolítica *badawi*, ou «beduína», um sistema dinâmico em que as pessoas vivem além de uma comunidade política civil e em que a «instituição básica» é a do *ghazu*, ou razia (ou conquista, ou *coup d'état*).

O que quero dizer é que, embora os beduínos propriamente ditos sejam agora uma espécie em vias de extinção, continua a haver muitos participantes importantes no jogo árabe cujas ações correspondem perfeitamente ao segundo sistema, o «beduíno». Os dois sistemas, «povos» sedentários e «tribos» beduínas, são mencionados num famoso versículo do Alcorão, do qual tirei parte do subtítulo deste livro:

Ó humanidade, Nós criámos-te do macho e da fêmea e fizemos-te em povos e tribos para que possais conhecer-vos uns aos outros.

A dualidade existe desde o princípio do tempo árabe de que há registo, e nem sempre tem sido uma questão de opostos. A primeira menção aos Árabes, em 853 a. C., refere-se ao emprego pelo Estado assírio de um empreiteiro de transportes, um certo Gindibu («Gafanhoto»), um chefe árabe que possuía vastas manadas de camelos: as sociedades sedentárias e beduínas beneficiavam mutuamente. Passando ao ponto médio da história árabe, parte do êxito do profeta Maomé deveu-se a ter combinado elementos de ambos os sistemas para instaurar o Estado islâmico original. Em tempos mais recentes, o quase total fracasso das revoluções populares democráticas de 2011 esteve ligado à reafirmação do sistema «beduíno» sobre o «sedentário». O Iémen que vejo da minha janela, por exemplo, foi considerado até ao verão de 2014 uma história de sucesso da Primavera Árabe, da aspiração a construir uma sociedade civil sedentária. Desde então, o Norte do país foi tomado num raide — o ressurgimento de uma velha facção que governara durante mil anos —, tem grassado uma guerra civil e os Estados vizinhos (todos governados pelo que Ibn Khaldun classificaria como dinastias «beduínas») intervieram. As guerras são o pior da história, e as guerras civis as piores das guerras: são travadas não apenas no seio da sociedade civil, mas *contra* ela. Ibn Khaldun não tinha dúvidas sobre quem eram os principais culpados: «a civilização», escreveu ele, «desmoronou-se sempre nos lugares onde os beduínos assumiram o poder».

Não é que hoje em dia sejam verdadeiros nómadas em cima de camelos quem mina as instituições estatais, se apodera das revoltas democráticas ou inflama os conflitos civis. Mas parece claro que a instituição nómada

central — a *razia*, o *ghazw* — ainda está bem viva. Talvez seja por isso que a imagem de fiéis do regime montados em camelos arrasando os manifestantes na praça Tahrir, no Cairo, em 2011 foi tão potente. Noutros lugares, as carrinhas Toyota modernas equipadas com metralhadoras pesadas são suficientemente potentes.

«Razia» é uma palavra carregada, é claro; cheira a pirataria, a barbaridade, a incivilizado na aceção pejorativa do termo. Mas a *razia* é também uma instituição estabelecida, no sentido de ser um meio há muito aceite de redistribuição de riqueza, às vezes mais equitativo. Os meios pelos quais é posta em prática podem não ser aceitáveis para os sistemas éticos de certos povos, mas, olhados friamente, são racionais: tu tens um excedente, eu tenho um défice, por conseguinte, eu tomo o teu excedente. É importante lembrar que diferentes culturas têm diferentes racionalidades; até os canibais, como explicaram comentadores culturais de Montaigne a Marshall Sahlins, têm a sua própria racionalidade. As pessoas podem ser, na sua essência, iguais no mundo inteiro, mas são-no de maneiras diferentes.

Em grande parte da história árabe, têm coexistido duas racionalidades, a dos «sedentários» e a dos «beduínos», os povos e as tribos, aparentemente numa dualidade perpétua, chocando, mas abraçando-se, amando-se e odiando-se, *yin* e *yang*. Mas qual das racionalidades é mais «árabe»? Aqui reside um grande dilema da identidade árabe: o termo «árabe», como já disse, tem sido mais frequentemente aplicado a grupos tribais que vivem fora da sociedade estabelecida, para lá da paliçada e da política das instituições civis. Em certo sentido, por conseguinte, quanto mais os «Árabes» se submeterem à sociedade civil, tanto menos «árabes» se tornam; perdem parte do seu etos. Num mundo globalizado, de urbanização e esbatimento de identidades, a perspetiva de perder o aspeto antigo do arabismo, de sucumbir à diluição global, é doloroso.

\* \* \*

Há mais nesta história do que povos e tribos. Recuemos um passo, obtendo uma perspetiva global no mapa e ao longo do tempo, e tornar-se-á claro que o ciclo de unificação e fragmentação esboçado acima tem estado em movimento num contexto de impérios — assírio, romano, persa, bizantino, otomano, britânico, americano. É um ciclo que tem dentes, mas não é necessariamente cruel: por vezes, os dentes entrecruzam-se com interesses imperiais em certos pontos de contacto — os dois

Crescentes Fértéis (mais sobre eles adiante), o Egito e o Irão; noutras alturas, chocaram. Em ambos os casos, há fricção, calor, conflagração: o ciclo é uma roda de fogo, tanto criativa como destrutiva, soldando, derretendo e remodelando as identidades árabes ao longo de 3000 anos.

Ao contar a história árabe, este livro olhará mais para esse círculo aparentemente eterno e trágico de unidade e fragmentação, e também para essa força que alimenta o fogo, fomenta revoluções e, mais do que qualquer outra coisa, tem definido os Árabes através de uma história de identidades cambiantes e reagrupadas: a língua arábica. A língua é o que liga todos esses desenvolvimentos-chave da história com base na tecnologia da informação, desde a palavra de Deus posta por escrito até ao processamento de textos, e ainda até ao processamento de mentes por novos regimes reacionários. A língua é o fio que todos os candidatos a líderes árabes têm tentado agarrar: o seu objetivo tem sido sempre criar *'asabiyyah*, essa «unicidade», ou unanimidade — «congregar a palavra» dos seus povos e tribos, como também diz o arábico.

Isto é uma história dos Árabes, não do arábico. Mas seguir o fio linguístico até ao fim é explorar o veio mais profundo de «ser árabe» em todos os seus diferentes sentidos. Esse fio é o único elo que alguma vez conseguiu manter unidos os Árabes, dar-lhes identidade e unidade; mesmo a unidade trazida pelo islão baseou-se, em última análise, em palavras. Para os europeus modernos e seus herdeiros, como Thomas Carlyle assinalou, a pólvora, a imprensa e o protestantismo são a base do poder: para os Árabes e os seus, têm sido palavras, rimas e retórica.

O problema é que as palavras tanto podem fazer explodir como unir. É o que está a acontecer agora, tanto onde vivo como em muitas terras árabes, e é por isso que a unidade continua a ser uma miragem. Como tudo isto aconteceu ao longo de toda a escala temporal árabe conhecida, que tem cerca de três milénios, é o assunto deste livro.

\* \* \*

Uma última palavra da minha parte antes de recolhermos a palavra árabe. Além de darmos ouvidos às pessoas e às suas vozes, vamos ocasionalmente examinar coisas. Aquilo a que se poderia chamar *tangibilia* é uma boa maneira de ganhar uma compreensão do passado; podem funcionar como metáforas do tempo ou dos tempos, asas por onde pegar na complexidade. Podem ser edifícios inteiros feitos de fragmentos — uma mesquita que conserva materiais tanto pagãos como cristãos — ou

do ínfimo tamanho de uma moeda árabe cunhada pelo rei Offa nas Midlands inglesas; podem estar carregados de mistério, como um talismã com Alá numa das faces e Krishna na outra, ou repletos de ironia, como um revólver Colt com uma inscrição de um presidente americano da Guerra Fria. São bastante do gênero daquilo a que Jorge Luis Borges, inventando um novo significado para uma antiga cunhagem arábica, chamou «o Zahir»: um objeto visível e persistente que assume diferentes formas em diferentes lugares e eras.

Outras metáforas, mais literárias, são também úteis para a história que se segue. A roda de fogo é uma delas; a alusão a sofrimentos lendários — os de Íxion, subversor da ordem divina, ou do rei Lear, trágico divisor do seu próprio reino, ambos «amarrados / Numa roda de fogo» — não é coincidência. As rodas, além disso, são bons veículos para histórias: viajam ao longo de uma linha que está sempre a estender-se — o tempo — e, contudo, o seu próprio movimento é cíclico; combinam o constante e o variável. Mas, para a história árabe, não são a única imagem a ter em mente.

No meu primeiro livro, escrevi que, no Iémen, o passado está sempre presente. Não sabia à época que Harold Ingrams, administrador imperial e viajante árabe, tinha também escrito no seu livro sobre o Iémen: «Este é um país onde o passado está sempre presente.»

Uma geração e uma ou duas revoluções separam estas duas afirmações, mas o passado sobre o qual escrevíamos era o mesmo, ainda presente. É ainda presente agora, mais uma geração e mais algumas revoluções depois. E não é só o passado iemenita visto por observadores britânicos que é inescapável. Perto do princípio do seu extenso livro *Stasis and Change*, o poeta e crítico sírio Adonis fala da tendência em todo o mundo arábico «para tornar o passado sempre presente». Este passado sempre presente foi o que levou uma observadora astuta, Jan Morris, a chamar ao Reino da Arábia Saudita, em 1955, «uma antiguidade autocrática», dois anos apenas após ter morrido o autocrata seu fundador.

Devemos estar todos a afirmar o ofuscantemente óbvio. O que só se torna óbvio com o tempo é como esse passado sempre presente também contém o futuro — contém em ambos os sentidos da palavra: compreende, mas também confina. Um passado sempre presente pode ter efeitos positivos, pois mantém as sociedades enraizadas em si mesmas. Pode igualmente aprisionar essas mesmas sociedades e reprimir os seus futuros. Pode ser um incubo, um peso não morto. Um exemplo recente e óbvio é o da Primavera Árabe, a revolução rolante que começou em 2011

e que deu expressão às aspirações de uma geração mais jovem — para acabar asfixiada, em quase toda a parte, pelas forças reacionárias do passado árabe.

Explorar a história árabe significa, assim, sair uma vez por outra da linha do tempo; olhar tanto para a frente como para trás. «O tempo presente e o tempo passado», como Eliot sabia,

Estão ambos talvez presentes no tempo futuro,  
E o tempo futuro contido no tempo passado.

Esta complexidade é a maldição de todos os historiadores, mas talvez sobretudo dos historiadores dos Árabes: sucedem-se os anos e as páginas; mas não necessariamente ação e reação, causa e efeito. Causas, fatores, falhas trágicas podem permanecer latentes durante séculos, até mesmo milénios, até se resolverem, se é que alguma vez se resolvem. Um caso extremo, embora trivial, é aquele em que, em meados do século xx, um *shaykh* (chefe) de aldeia exigiu que as autoridades coloniais britânicas de Adem pagassem a escavação e reabertura de um velho poço. O seu argumento era que o poço tinha sido obstruído por uma força expedicionária romana no ano 26 a. C., e que romanos e britânicos eram ambos espécies de «francos» — ou seja, europeus. Um exemplo mais sério é o que respeita à transferência e natureza do poder no Estado pós-maometano: o problema tem fervilhado intermitentemente, mas sangrentamente, ao longo dos últimos 1400 anos. Claramente, a roda, girando continuamente ao longo da sua linha do tempo, nem sempre é suficiente. Precisamos de outra imagem, repetitiva e, no entanto, arbitrária.

Como muitas vezes acontece, os poetas têm a resposta. O poeta sírio Nizar Qabbani viu o passado árabe sempre presente como

a ampulheta que vos engole  
Noite e dia.

Esse passado é a areia no fundo da ampulheta, à espera da próxima reviravolta. Qabbani sabia que a história não é apenas um relógio ou pasatempo, mas um participante por direito próprio, muitas vezes malévolo. É a ampulheta, ali especada, a marcar o tempo, não a medi-lo — até se lhe dar outra vez a volta, e então vemos que os grãos de areia são vidas humanas, ou mortes humanas, pois as pessoas são tanto a areia movediça como as suas vítimas.

Podem contar-se os grãos de areia: 6660 civis mortos pela guerra na minha terra de adoção, pelo menos 50 000 mortos em combate, muitos deles pouco mais do que rapazinhos; talvez 85 000 crianças pequenas, com menos de cinco anos, mortas lentamente à fome pela velha aliada da guerra, a pobreza. São os números crus — até agora — da ONU, da ACLED (Armed Conflict Location & Event Data Project) e da Save the Children, quando deixo este livro no fim de 2018. Os que viraram a ampulheta tê-lo-iam feito se tivessem sabido ou, até, se tivessem podido adivinhá-lo?